

FLORESTAN FERNANDES – UM INTÉRPRETE DO BRASIL NO DIÁLOGO CRÍTICO COM OS EDUCADORES ESCOLANOVISTAS

FABIANA DE CÁSSIA RODRIGUES

Universidade do Vale do Sapucaí (Univás), Pouso Alegre, Minas
Gerais, Brasil

RESUMO: O texto analisa a contribuição de um dos principais intérpretes do Brasil, o sociólogo Florestan Fernandes, para se pensar os desafios educacionais ensejados pelas transformações na sociedade brasileira na transição do século XIX para o século XX, a partir do diálogo estabelecido entre ele e os educadores escolanovistas. Esses educadores tiveram atuação destacada nos debates e reformas educacionais ocorridas entre os anos de 1920 e início de 1960. Florestan Fernandes articulou sua análise acerca da formação social brasileira com os desafios para a educação pública, empreendendo uma análise crítica acerca das propostas dos representantes da escola nova. Neste texto é abordado especialmente o diálogo entre Florestan Fernandes e um dos principais escolanovistas: Fernando de Azevedo. A diferença fundamental entre Florestan Fernandes e os renovadores diz respeito ao que Fernandes (1989) denominou de “consciência utópica” desses educadores, por acreditarem ser possível desencadear no Brasil uma revolução educacional burguesa. Destarte, o sociólogo compôs uma significativa contribuição à temática educacional, que inspira reflexões na área até a atualidade, uma vez que os desafios por ele identificados em suas raízes históricas não foram superados.

PALAVRAS-CHAVE: Florestan Fernandes. Escolanovistas. Fernando de Azevedo. Escola pública.

INTRODUÇÃO

Florestan Fernandes situa-se entre os principais intelectuais e intérpretes do Brasil, sendo considerado como um dos fundadores da sociologia em nosso país (IANNI, 1996). Ele dedicou-se a temas candentes de nossa realidade, como a questão do negro e a nossa formação social a partir dos traços particulares da revolução burguesa no Brasil.¹ Desde os anos de 1950, Florestan Fernandes atuou também nos temas educacionais, participando do debate nacional, produzindo textos e militando em defesa da Escola Pública. Dermeval Saviani (1996, p.79) destaca a atuação de Florestan Fernandes na Campanha Nacional pela Escola Pública ao final dos anos de 1950:

[...] é com a “Campanha em Defesa da Escola Pública” desencadeada em 1959 em torno da discussão e aprovação do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que sua condição de militante da educação pública aflora plenamente projetando-se por todo o país. Com efeito, Florestan Fernandes constituiu a liderança mais expressiva e combativa do movimento em defesa da escola pública naquele período. Isto é reconhecido expressamente por Roque Spencer Maciel de Barros, outro líder do movimento. Na coletânea de textos e documentos que organizou em 1960 sob o título Diretrizes e Bases da Educação, fez estampar a seguinte nota: “Não podemos deixar de registrar o trabalho pertinaz do professor Florestan Fernandes, levando para todos os cantos de nosso estado - e mesmo para outras unidades da Federação - uma palavra de esclarecimento sobre os defeitos e perigos do projeto que a Câmara dos Deputados aprovou em janeiro último, numa autêntica ‘peregrinação cívica e pedagógica’ que é um fato inédito nos anais de nossa história da educação. Dezenas e dezenas de conferências fez o professor Florestan Fernandes, tornando-se credor da admiração e simpatia de todos os que lutam pela causa da educação nacional” (BARROS, 1960, p. XXIII).

É possível perceber uma conexão entre as preocupações mais abrangentes de sua pesquisa sobre a formação social brasileira e o papel a ser exercido pelos processos educacionais².

Florestan Fernandes (2006) dedicou-se a estudar a formação social do país, a expressão máxima de seu esforço encontra-se na obra *A revolução burguesa no Brasil*. Para o autor, Revolução Burguesa significa: “[...] um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o

clímax de sua evolução industrial.” (FERNANDES, 2006, p. 239). Ao final do século XIX, à época da Abolição da escravidão e da Proclamação da República, estariam presentes apenas os germes da dominação burguesa, seria o início da recomposição das estruturas do poder, na transição entre a “era senhorial” para a “era burguesa”, que assim se caracterizaria:

[...] A transição para o século XX e todo o processo de industrialização que se desenrola até a década de 1930 fazem parte da evolução interna do capitalismo competitivo. O eixo dessa evolução, como se sabe, estava no esquema de exportação e de importação, montado sob a égide da economia neocolonial. A influência modernizadora externa se ampliara e se aprofundara, mas ela morria dentro das fronteiras da difusão de valores, técnicas e instituições instrumentais para a criação de uma economia capitalista competitiva satélite. Ir além representaria um risco: o de acordar o homem nativo para os sonhos de independência e de revolução nacional que entrariam em conflito com a dominação externa. (FERNANDES, 2006, p. 243)

Ir além de uma economia capitalista competitiva satélite seria acordar o homem nativo para os sonhos de revolução nacional, que se expressaria, entre outras transformações, na construção de uma educação pública de qualidade que atendesse ao conjunto da população brasileira, em bases efetivamente democráticas. Ocorre que toda a caracterização que o autor faz da formação social brasileira demonstra que o capitalismo que aqui se constitui se dá em bases autocráticas, subserviente aos ditames das economias capitalistas centrais e com uma importante força repressora a fim de garantir altas taxas de lucratividade a partir de intensa exploração do trabalho. Assim, o sociólogo registra a peculiaridade da burguesia no Brasil:

[...] Há burguesias e burguesias. O preconceito está em pretender-se que uma mesma explicação vale para as diversas situações criadas pela “expansão do capitalismo no mundo moderno”. Certas burguesias não podem ser instrumentais, ao mesmo tempo, para “a transformação capitalista” e a “revolução nacional e democrática”. (FERNANDES, 2006, p. 251)

Por isso, a luta pela escola pública e sua difusão nas primeiras décadas do século XX encontram uma série de obstáculos, culminando na Campanha Nacional em defesa da escola pública nos anos de 1950, quando a revolução burguesa entra em seus momentos decisivos, com a ascensão das lutas dos

trabalhares do campo e da cidade por reformas estruturais, bem expressas na pressão por reformas de base no início dos anos de 1960, sob o governo João Goulart (BANDEIRA, 1978).

Nas primeiras décadas do século XX, particularmente a partir da Revolução de 1930, se caminhou na direção da regulamentação do ensino brasileiro, com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930 e com os decretos do Ministro Francisco Campos em 1931, bem como foi se fortalecendo o movimento dos renovadores da educação³:

Logo após a vitória da Revolução de 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública. A educação começava a ser reconhecida, inclusive no plano institucional, como uma questão nacional. Na sequência tivemos uma série de medidas relativas à educação, de alcance nacional: em 1931, nas reformas do ministro Francisco Campos; em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, dirigido ao povo e ao governo, que apontava na direção da construção de um sistema nacional de educação; a Constituição de 1934, que colocava a exigência de fixação das diretrizes da educação nacional e elaboração de um plano nacional de educação; as “leis orgânicas do ensino”, um conjunto de reformas promulgadas entre 1942 e 1946 por iniciativa de Gustavo Capanema, ministro da educação do Estado Novo. (SAVIANI, 2014, p. 19)

Embora tenha havido esforços significativos na regulamentação do ensino, os resultados ainda eram bastante preliminares, bem como faltava uma articulação nacional para a constituição de um sistema de educação, tal como defendido pelo Movimento dos Renovadores da educação e presente no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932. O Manifesto defendia os seguintes princípios: laicidade, gratuidade, obrigatoriedade, coeducação e unicidade de uma escola essencialmente pública, em todos os níveis de ensino, desde a educação infantil até a universidade e articulada nacionalmente.

A Constituição de 1946 apontou para formulação de uma Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que poderia conferir as diretrizes para a articulação nacional do ensino e fornecer os fundamentos para o fortalecimento da escola pública. O projeto desta lei teve sua primeira versão encaminhada pelo Ministro Clemente Mariani no final da década de 1940 e a lei só foi promulgada efetivamente em dezembro de 1961. Durante a

década de 1950 houve um intenso debate na sociedade em torno da LDB e as forças privatistas se organizaram para adquirir mais espaço e verba pública. Diante disso, diversos setores progressistas se organizaram em torno da Campanha Nacional da Escola Pública, na qual Florestan Fernandes teve atuação bastante expressiva.

Desse modo, Florestan Fernandes, ao mesmo tempo em que analisa a formação social brasileira e percebe os entraves à educação pública que atenda aos interesses do conjunto da população brasileira, se insere nas lutas pela escola pública a partir dos anos de intensificação da industrialização do país. Em diversos artigos escritos a partir do final da década de 1950 é possível notar essa relação: “A escola e a ordem social” (1960); “Mudança social e educação escolarizada” (1961); “A educação como problema social” (1960), reunidos no livro *Educação e sociedade no Brasil*. Nesse período, considerado decisivo na consolidação da revolução burguesa, o sociólogo se inseriu no debate educacional, estabelecendo um diálogo crítico e instigante com os educadores escolanovistas, que lideraram as reformas educacionais das primeiras décadas do século XX.

Destarte, Florestan Fernandes (1966) (1989) relaciona sua visão sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, desde a transição do século XIX para o século XX, e os desafios educacionais que se colocam aí. O autor analisa criticamente a forma como os grupos de intelectuais pioneiros responderam às questões da escola pública, compondo uma significativa contribuição à temática educacional, que inspira reflexões na área até a atualidade, uma vez que os desafios por ele identificados em suas raízes históricas não foram superados⁴.

Duas teses de doutorado, a partir de perspectivas e conclusões distintas abordaram esse debate entre Florestan Fernandes e os intelectuais da escola Nova. A tese de Adriana Chaves (1997) defende haver proximidade entre Florestan Fernandes e os pioneiros da educação, chegando mesmo a afirmar que no enalço dos escolanovistas, Florestan teria sido um defensor dos ideais da Escola Nova. Em posição diametralmente oposta, a tese de Gilcilene Barão (2008) destaca a interlocução crítica de Florestan com Dewey e Kilpatrick, cujas ideias conformaram o núcleo duro da fundamentação teórica

da Pedagogia da Escola Nova. Barão (2008) afirma que entre as contribuições fundamentais de Florestan à historiografia e à educação estariam: a problematização e a ruptura com alguns princípios centrais da pedagogia nova, bem como a possibilidade de ampliação do horizonte intelectual do educador.

O DIÁLOGO CRÍTICO ENTRE FLORESTAN FERNANDES E OS EDUCADORES ESCOLANOVISTAS

O contato de Florestan Fernandes com um dos principais escolanovistas, o sociólogo Fernando de Azevedo, ocorreu na Faculdade de Filosofia da USP. Florestan Fernandes logo que conclui sua graduação nesta Universidade, foi convidado por Fernando de Azevedo para ser seu assistente na Cadeira de Sociologia II, juntamente com seu outro assistente Antonio Cândido. O sociólogo conta a ocasião em que Azevedo lhe acenou com essa possibilidade e destaca sua surpresa por ser ciente das dificuldades que sua origem social humilde poderia representar para a entrada numa instituição tão elitista como a USP, no relato se evidencia a solidariedade e o laço de amizade e respeito intelectual que floresceria entre eles:

Certa ocasião, quando Fernando de Azevedo já era diretor da Faculdade de Filosofia, encontrei-o andando pelo corredor, cercado, como sempre, por uma plêiade de pessoas. Ele se impunha com aquele ar nobre, como se fosse um príncipe da corte de Luis XIV guiando seu séquito. Então, ele me atraiu como um protegido e disse: "O que você acha da Faculdade de Filosofia?" "Eu acho a Faculdade de Filosofia a escola mais importante que temos hoje no Brasil". "Você gostaria de pertencer à Faculdade de Filosofia?" "Bom", respondi, "gostaria, mas esse é um objetivo muito difícil". Como aquele personagem tratado por Thomas Mann na trilogia José e seus irmãos, eu procurava "aformosear" meu destino naquele momento. E continuei: "É muito complicado abrir as portas da Faculdade de Filosofia para uma pessoa como eu". E ele, com aquele ar decidido: "Isso nós veremos". (FERNANDES, 1995, p. 187)

A amizade e a intensa convivência entre os dois sociólogos foram marcadas por admiração mútua e também por diferenças, que se evidenciaram no posicionamento crítico que Florestan Fernandes teve com relação ao movimento renovador, do qual Fernando de Azevedo e também Anísio Teixeira foram dois dos principais expoentes⁵.

A diferença fundamental entre Florestan Fernandes e os renovadores diz respeito ao que Fernandes (1989) denominou de “consciência utópica” desses educadores, por acreditarem ser possível desencadear no Brasil uma revolução educacional burguesa: “[...] Quer dizer, queriam nos colocar em pleno século XX. Mas, na prática, isso tudo era um ideal, porque eles próprios não tinham meios para chegar a esses fins, [...]” (FERNANDES, 1995, p. 183).

Na análise dos textos em que Florestan Fernandes dialoga com os escolanovistas é possível perceber que o autor amadurece sua visão crítica sobre a atuação desses educadores segundo os avanços analíticos que obtém em sua obra sobre a revolução burguesa. Ao final da década de 1960 parece se tornar cada vez mais claro ao sociólogo as particularidades do capitalismo no Brasil, sob uma dominação burguesa que não poderia liderar a um só tempo a transformação capitalista e as reformas nacionais e democráticas, ou seja, trata-se de uma formação social, cujo aspecto político possui um forte componente autocrático o que deixava pouca margem para mudanças que permitissem uma participação ativa do conjunto da população nas decisões políticas. Por isso, ele atribuiu ao pensamento escolanovista uma certa “consciência utópica” por haver nele a crença de que era possível na realidade brasileira uma revolução educacional burguesa. A todo o tempo, em seu diálogo com os escolanovistas, Florestan Fernandes aponta os aspectos contraditórios que esses educadores ensejavam, uma vez que eles constituiriam um movimento importante que sonhava mudanças progressistas para a educação do país e o fizeram de maneira rigorosa, construíram uma teoria articulada, mas, com fortes componentes utópicos:

Esses educadores trouxeram para o Brasil, a nível de consciência social, uma perspectiva revolucionária sobre educação. Anteciparam mudanças, que seriam potencialmente possíveis e necessárias, numa sociedade capitalista, mas que as classes dominantes brecharam, impediram. Ao ler o Manifesto dos educadores, vê-se que o grande componente sociológico desse documento está na tentativa de transferir para o Brasil os ritmos avançados das sociedades europeias. Era como se a Revolução Francesa desabasse sobre nós, no plano educacional, sem ter desabado no plano econômico e político. Portanto, uma consciência utópica, mas uma consciência articulada. [...] (FERNANDES, 1989, p. 161).

Como resultado de suas investigações, Florestan Fernandes (1995, p. 194) acentua as permanências de nossa formação histórica, enquanto os escolanovistas estiveram comprometidos em derrotar o passado:

Cheguei a afirmar que no Brasil não houve descolonização. Porque a descolonização se engataria à revolução urbana, à revolução agrária, à revolução industrial, à revolução educacional, etc. Agora, Fernando de Azevedo estava empenhadíssimo, com a geração a que ele pertencia, em derrotar o passado, que estava vivo no presente, através da educação e da cultura.

O que os educadores escolanovistas pretendiam era:

[...] colocar o Brasil em um novo patamar. E é característico que esses professores, que fizeram um papel tão grandioso, não lograram atingir os objetivos visados. Por quê? Porque no Brasil, para as elites das classes dominantes, o que era importante, o que era funcional, era deseducar, não educar, educar os filhos das elites e deseducar a massa; manter a massa fora da escola ou então colocar a massa dentro da escola como futura mão de obra, qualificada ou semiquificada, de vários graus de desenvolvimento econômico. E nesse ponto, Fernando de Azevedo foi uma figura que desempenhou papel muito importante, e que nos obrigava a ter respeito por ele, respeito intelectual. (FERNANDES, 1995, p. 194-195)

Segundo Florestan Fernandes, Fernando de Azevedo tinha clareza sobre o papel que desempenhavam na realidade brasileira

[...] tratava-se de um homem que sabia que o Brasil não podia permanecer como nos encontramos até hoje. Ele não foi um pioneiro comemorativo, ele foi um pioneiro real – ele, Anísio Teixeira e outros. Hoje sabemos – e eu próprio cheguei a escrever sobre isso – que eles representavam uma tangente burguesa da educação. [...] Um homem como Fernando de Azevedo sofria muito dentro das limitações de uma sociedade que tentou modificar. (FERNANDES, 1995, p. 198)

Essas observações são feitas por Florestan Fernandes entre o fim da década de 1980 e início da de 1990, já como um intelectual maduro. Não obstante, já nos textos escritos desde a década de 1950 compilados em *Educação e Sociedade no Brasil*, ele alertava sobre a complexidade dos desafios advindos das condições estruturais para encaminhar os problemas educacionais, uma vez que as ideias dos escolanovistas pareciam conter uma “confiança racional na educação”, segundo as tarefas que a educação formal deveria satisfazer,

para atender às necessidades socioculturais da população no Brasil. Assim, parecia faltar realismo nessas propostas:

Nem o “Manifesto dos Pioneiros da Educação”, de 1932, contribuiu para corrigir essa anomalia, responsável pela falta de realismo e de eficácia de nossas reformas educacionais. Naquele manifesto, os educadores brasileiros tomaram consciência do triângulo escola – fins da educação formal –, sócio-culturais do ambiente, mas de forma altamente abstrata. Os problemas foram definidos em termos por assim dizer “teóricos” (no bom sentido da palavra) sem que se tomassem em conta a variedade e a natureza das forças que vinham afastando a escola de seus alvos ideias universais, tanto quanto das necessidades específicas dos vários extratos e segmentos da sociedade brasileira. (FERNANDES, 1966, p. 549).

Interessa notar que, ao mesmo tempo em que Florestan Fernandes apontou os limites do pensamento escolanovista, não deixou de analisá-lo em seu contexto, segundo os empreendimentos científicos a que estava ligado, nem mesmo deixou de valorizar o empenho aguerrido de seus expoentes. Fernando de Azevedo teria sido aquele que demonstrou maior vocação científica e prática para a renovação da educação, ele possuía um entendimento acerca da educação que lhe denotava abrangência e a inseria dentro de uma determinada perspectiva sociológica.

A sociologia teria surgido no Brasil ligada às:

[...] condições peculiares criadas pela evolução desigual das várias esferas da sociedade brasileira (economia urbana e rural, educação, organização política, etc.), à consciência destas condições insatisfatórias como fenômeno de crise de desenvolvimento e à predisposição de agir sobre elas de uma certa maneira. (FERNANDES, 1966, p. 553).

Sob esse enfoque, os “pioneiros da educação” respondiam a uma solicitação funcional do meio. Logo, as tentativas de renovação por meio de reformas lideradas por Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho:

[...] evidenciavam o grau de necessidade de uma teoria da educação, como passo preliminar no ataque aos problemas educacionais brasileiros. Lutaram ardorosamente, inclusive contra os mais fortes e poderosos círculos reacionários, pela introdução de medidas novas – um ideal, aqui, que constituía uma conquista em muitos países europeus e americanos. (FERNANDES, 1966, p. 553)

A teoria da educação formulada por Azevedo, parte da educação em sentido lato, como um processo de transmissão de tradições ou cultura de uma geração a outra. “O seu objetivo é o de desenvolver nos indivíduos a sua segunda natureza, aquela que o caracteriza como “ser humano”, isto é, o “ser social.” (FERNANDES, 1966, p. 555). A escola seria um dos espaços em que a educação ocorre, mas, não o único. A sociologia educacional, então, estaria empenhada no estudo dos fatos e instituições da educação. Logo, as medidas para sua transformação não poderiam se restringir somente à escola:

[...] Em síntese o sentido de sua posição parece ser o seguinte: a renovação deve começar pela escola e não se realizar, somente, na escola. Programas e reformas educacionais são meios para atingir novos fins. A inteligência precisa se alertar – em sua tarefa crítica, tanto quanto em seus anseios de ação e renovação. (FERNANDES, 1966, p. 554)

Assim, Florestan Fernandes destaca os avanços teóricos e práticos obtidos pelos escolanovistas, percebendo que eles se ocuparam de pensar a educação num sentido abrangente, não restrito à escola, notando a necessidade de incluir as mudanças em reformas educacionais sistêmicas. No entanto, Fernandes (1966) (1989) constrói uma análise que denota os limites dessas reformas.

Com essa mesma linha interpretativa, Fernandes (1966) trata do pensamento de Anísio Teixeira. Primeiramente, elogia os resultados brilhantes a que ele chega em seu diagnóstico da situação educacional brasileira. Nesses estudos, Fernandes (1966, p. 561) afirma:

Evidencia-se, claramente, a incapacidade do regime republicano, que não chegou a criar uma escola pública democrática e a abolir os privilégios que faziam da educação um instrumento de dominação ou de ascensão social, apesar do esforço dos educadores republicanos, no sentido de conduzir o processo revolucionário para dentro da escola.

Partindo desse diagnóstico, Anísio Teixeira faz um conjunto de propostas, entre elas a ampla difusão de uma autêntica escola primária que forneça as bases para a vida moderna, capaz de habilitar o homem ao trabalho nas suas formas mais comuns, bem como prepare para uma sociedade democrática, cujo soberano seria o próprio cidadão. Apesar de enaltecer

o conteúdo da proposta, Florestan Fernandes (1966, p. 564) mais uma vez chama a atenção para o seu irrealismo:

[...] o fato é que várias medidas que propõe: ou são inconsistentes, em face do meio sócio-cultural brasileiro; ou seriam facilmente deturpadas, desvirtuadas ou solapadas no plano da ação. Ao formulá-las, é possível que contribua para emular e reorientar a consciência da responsabilidade social dos educadores, renovando solicitações reformistas ou revolucionárias, inerentes às polarizações utópicas que dão sentido à atividade profissional, que lhes cabe exercer nas sociedades democráticas do presente. Mas, seria duvidoso que elas produzissem, na prática, os efeitos esperados. Mesmo em países plenamente desenvolvidos, é enorme o poder de condições ou de fatores extra-rationais ou irracionais na esfera da educação. No Brasil, a situação é ainda mais grave, pela intervenção profunda mas desordenada e inepta de várias instituições e forças sociais, conservadoras ou não, no seio do processo educativo sistemático. Por isso, é paradoxal que Anísio Teixeira não tenha tomado em consideração tais condições ou fatores, na análise da previsão dos efeitos, que as medidas indicadas poderiam produzir. (FERNANDES, 1966, p. 564)

Portanto, Florestan Fernandes (1966), (1989) percebe a importância da obra dos escolanovistas e ao mesmo tempo identifica o conteúdo utópico de suas propostas, pela ausência de uma análise realista sobre as particularidades do capitalismo no Brasil, que não poderia reproduzir as mesmas condições de desenvolvimento presentes nas revoluções burguesas clássicas que permitiram a realização de reformas democráticas, entre elas a ampla difusão da escola pública de qualidade (FERNANDES, 2006).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de um dos grandes intérpretes do Brasil, como Florestan Fernandes, acerca do pensamento escolanovista é de grande importância, pois traz elementos para avaliar criticamente a própria história da educação em nosso país. Os escolanovistas possuem uma importância seminal no pensamento e nas políticas educacionais no Brasil, com presença marcante entre a década de 1930 e início da década de 1960. Dermeval Saviani (2008) em sua *História das Ideias Pedagógicas no Brasil* afirma ter havido um predomínio da pedagogia nova entre 1947 e 1961.

Além de Florestan Fernandes, a obra do escolanovistas foi alvo de críticas por diferentes abordagens, por exemplo, no âmbito da história da educação e no das teorias pedagógicas. No âmbito da História da Educação, autores ligados à Nova História fazem veementes críticas à importante obra de Fernando de Azevedo: *A cultura brasileira*. (CARVALHO, 1989). A terceira parte deste livro, denominada "A transmissão da cultura" realiza uma síntese da história da educação desde a atuação dos jesuítas até o final dos anos de 1930, dando destacada ênfase ao movimento escolanovista e suas realizações nas reformas estaduais, efetuadas na década de 1920, e, no âmbito do governo federal, a partir da década de 1930. Nesta perspectiva crítica, a produção historiográfica de Fernando de Azevedo estaria marcada pelo "presentismo pragmatista", termo utilizado por Miriam Warde (1990). Segundo essa análise, a história da educação, como disciplina acessória do curso normal e, posteriormente, do curso de pedagogia (1939), teria nascido com a função de ser útil para justificar as lutas educacionais do presente, desse modo, sua importância não adviria de sua capacidade explicativa ou interpretativa.

A obra de Fernando de Azevedo "A cultura brasileira" teria tido influência crucial nesse modo de estudar a história da educação. Segundo Marta Carvalho (1989), a memória dos renovadores foi erigida em conhecimento histórico, segundo a qual teria havido uma marcha ascensional culminando com o ideário da escola nova expresso na Constituição de 1937. A história da educação seria vista como a história da organização dos sistemas de ensino por políticas educacionais emanadas do Estado. Essa forma de escrever a história teria influenciado a produção historiográfica por décadas, em que os pesquisadores se fixaram em estudar particularmente a organização escolar e as ideias pedagógicas, privilegiando primordialmente as fontes legislativas.

No âmbito das teorias pedagógicas, sob um enfoque político, Dermeval Saviani (2005) faz uma crítica ao acento muito forte dado pelos escolanovistas aos aspectos técnico- pedagógicos. Segundo Saviani (2005), o escolanovismo teria deixado de lado os aspectos que evidenciavam o papel da escola como instrumento de participação política, que foi expressivo nas primeiras décadas do século XX no movimento de "entusiasmo pela educa-

ção”. Assim, conforme termo utilizado por Nagle (1974), as ideias da escola nova ficariam marcadas por um “otimismo pedagógico”, ressaltando apenas os aspectos relativos aos métodos de ensino:

[...] Ora, o importante do ponto de vista político a salientar aqui é que nessa fase do entusiasmo pela educação se pensava a escola como instrumento de participação política, isto é, pensava-se a escola com uma função explicitamente política; a primeira década desse século, a segunda, a década de 1910, e a terceira, a de 1920, foram muito ricas em movimentos populares que reivindicavam uma participação maior na sociedade, e faziam reivindicações também do ponto de vista escolar. Nós sabemos que a década de 1920 foi uma década de grande tensão, de grande agitação, de crise de hegemonia das oligarquias até então dominantes. Essa crise de hegemonia foi de certo modo aguçada pela organização dos trabalhadores; várias greves operárias surgiram nesse período e vários movimentos organizacionais também se deram. Com o escolanovismo, o que ocorreu foi que a preocupação política em relação a escola refluíu. De uma preocupação em articular a escola como um instrumento de participação política, de participação democrática, passou-se para o plano técnico – pedagógico. [...] (SAVIANI, 2005, p. 51).

É possível perceber pontos de contato da análise de Saviani (2005) com aspectos que Florestan Fernandes também levanta acerca da proposta de Fernando de Azevedo, ao tratar da formação dos professores. Segundo Fernandes (1989), em uma sociedade como a nossa, tão marcadamente desigual haveria um imperativo para que os professores fossem, antes de tudo, cidadãos, que conhecessem os embates histórico-sociais em que estão inseridos. Quando Fernando de Azevedo concebe o Instituto de Educação, um projeto de formação de professores de maneira totalmente inovadora, o padrão seguido foi o francês. Essa seria mais uma circunstância em que o escolanovista responderia a uma consciência utópica. Já que segundo o padrão de formação desse Instituto:

[...] o educador precisa aprender biologia educacional, psicologia educacional, sociologia educacional, administração escolar, educação comparada, didática geral, didática especial e o que se vê são compartimentos, como se isso fosse uma espécie de saleiro. A gente põe um pouco de vinagre, um pouco de azeite, nenhuma matéria que diga respeito à capacitação política do professor, para enfrentar e compreender os seus papéis. O professor, quanto mais inocente sobre estas coisas, seria mais acomodável e acomodado. (FERNANDES, 1989, p. 161).

À semelhança de Saviani (2005), Florestan Fernandes chama a atenção para a ausência do componente político na formação dos professores, enfatizando os aspectos técnicos de sua formação e uma neutralidade ética na formação dos professores:

[...] no circuito das transformações, acabou prevalecendo a ideia, que era essencial a calibração dos professores, tanto na Escola Normal e no Instituto de Educação, quanto na Faculdade de Filosofia, segundo a qual o professor deve manter uma atitude de neutralidade ética com relação aos problemas da vida e com relação aos valores. (FERNANDES, 1989, p. 161- 163).

Desse modo, como procuramos ressaltar ao longo do texto, Florestan Fernandes constrói sua crítica aos escolanovistas, ressaltando os aspectos atinentes à consciência utópica presente nesse pensamento:

[...] Os pioneiros da educação nova exerceram influência notável na transformação da mentalidade pedagógica e, ao mesmo tempo, pensaram que podiam fazer no Brasil uma revolução burguesa na área da educação. Uma ilusão que muitos tiveram e ainda hoje muitos de nós cultivam. (FERNANDES, 1989, p. 127)

Pode-se depreender que a análise do sociólogo na área de educação não possuía interesses predominantemente acadêmicos, mas, sim, políticos. Nos dois momentos em que ele se envolve fortemente na temática, são justamente os de aquecimento no debate nacional em defesa da escola pública: ao final da década de 1950, na Campanha Nacional em Defesa da Escola Pública e nos anos de 1980, na época dos debates da nova Constituição, circunstâncias em que os textos aqui analisados são desenvolvidos (FERNANDES, 1966, 1989). Ao que parece no estudo deste material, o grande empenho de Florestan Fernandes era alertar os espíritos acerca das possibilidades reais de transformação da realidade educacional brasileira, sem desqualificar o grande empenho de intelectuais como Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira.

Artigo recebido em: 15/01/2016
Aprovado para publicação em: 11/02/2016

FLORESTAN FERNANDES – A BRAZILIAN INTERPRETER IN A CRITICAL DIALOGUE WITH PIONEERS OF EDUCATION

ABSTRACT: The article analyzes the contribution from one of the principal interpreters of Brazil, the sociologist Florestan Fernandes, framing the educational challenges in the transformation of Brazilian society during the transition from the XIX to XX century, based on the dialogue established between him and the Pionners of education. These educators played a significant role in educational debates and reforms that took place from 1920s to early 1960s. Florestan Fernandes articulated his analysis about the Brazilian social formation with the challenges of public education, by applying a critical analysis of proposals from representatives of the “New School”. This article focuses specially on the dialogue between Florestan Fernandes and one of the principal pioneers of education: Fernando de Azevedo. The fundamental difference between Florestan Fernandes and the renovators resides on what Fernandes (1989) denominated as the “utopic conscience” of these educators, as they believed to be possible to trigger a burgess educational revolution in Brazil. Thus, the sociologist developed a significant contribution to the educational theme, inspiring reflections on that field up to these days, since the challenges identified by him in historical roots have yet to be overcome.

KEYWORDS: Florestan Fernandes. Pioneers of education. Fernando de Azevedo. Public school.

FLORESTAN FERNANDES – UN INTÉRPRETE DE BRASIL EN DIÁLOGO CRÍTICO CON LOS EDUCADORES DE LA ESCUELA NUEVA

RESUMEN: El texto analiza la contribución de uno de los principales intérpretes de Brasil, el sociólogo Florestan Fernandes, para llevarnos a pensar en los desafíos educacionales anhelados por las transformaciones de la sociedad brasileña durante la transición del siglo XIX al XX, a partir del diálogo establecido entre él y los educadores escolanovistas. Esos educadores tuvieron una actuación de destaque en los debates y reformas educacionales ocurridas entre los años de 1920 e inicio de 1960. Florestan Fernandes articuló su análisis acerca de la formación social brasileña con los desafíos para la educación pública, emprendiendo un análisis crítico sobre las propuestas de los representantes de la escuela nueva. En este texto se aborda especialmente el diálogo entre Florestan Fernandes y uno de los principales escolanovistas: Fernando de Azevedo. La diferencia fundamental entre Florestan Fernandes y los renovadores se refiere a lo que Fernandes (1989) denominó “conciencia utópica” de esos educadores, porque creían que en Brasil era posible desencadenar una revolución educativa burguesa. De esa forma, el sociólogo compuso una significativa contribución para la

temática educativa, que hasta hoy inspira reflexiones en dicha área, ya que los desafíos identificados por él en sus raíces históricas no han sido superados.

PALABRAS CLAVE: Florestan Fernandes, escolanovistas, Fernando de Azevedo, escola pública.

NOTAS

1) Sobre a questão do negro no Brasil, consultar as seguintes obras: BASTIDE; FERNANDES (1959); FERNANDES (1965); FERNANDES (1972).

2) Vários estudiosos da área educacional já empreenderam análises das contribuições de Florestan, a partir de diferentes recortes. A professora Débora Mazza (2004), em sua tese de doutorado, tratou da problemática educacional na produção sociológica de Florestan Fernandes, no período entre 1941 a 1964. O professor Dermeval Saviani (1996) tratou das diferentes facetas deste intelectual inserido na temática educacional, como docente, pesquisador, militante e publicista. Roberto Leher (2014) insere as análises de Florestan sobre educação no contexto mais abrangente de sua obra, assim, percebe a centralidade do conceito de capitalismo dependente para a compreensão dos entraves que impossibilitaram no Brasil reformas educacionais universalistas, características das revoluções burguesas clássicas.

3) Os anos de 1920 são marcados pelas reformas estaduais, com a penetração das ideias escolanovistas, a primeira delas foi em São Paulo, conhecida como Reforma Sampaio Dória: “Esse processo alterou a instrução pública em variados aspectos como a ampliação da rede de escolas; o aparelhamento técnico administrativo; a melhoria das condições de funcionamento; a reformulação curricular; o início da profissionalização do magistério; a reorientação das práticas de ensino; e mais para o final da década, a penetração do ideário escolanovista.” (SAVIANI, 2008, p. 176).

4) Os desafios da educação pública reapareceram em momentos posteriores em que Florestan Fernandes atuou politicamente, ao presidir a Comissão de educação como deputado constituinte na elaboração da constituição de 1988 e nos debates da LDB no início da década de 1990.

5) Em muitos escritos Florestan salienta as diferenças teóricas entre ele e os renovadores, embora mantivesse relações próximas de trabalho e amizade com Azevedo: “Eu, por exemplo, trabalhei com Fernando de Azevedo; fui assistente dele, nunca aluno, nunca pensei como ele. Tínhamos muitas afinidades, eu sentia muita admiração por ele, mas pensávamos de modo diferente, para o nosso bem. Foi vantajoso para ele pensar por conta própria e permitir que eu fizesse a mesma coisa. [...]” (FERNANDES, 1989, p. 164).

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, M. *O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil: 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- BARÃO, G. de O. D. *As contribuições educacionais de Florestan Fernandes: o debate com a pedagogia nova e a centralidade da categoria revolução*. Tese (doutorado em Educação) – Departamento de Filosofia e História da Educação, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas-SP, 2008.
- BASTIDE, R.; FERNANDES, F. *Branços e negros em São Paulo*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1959.
- CARVALHO, M. M.C. de. O novo, o velho, o perigoso: relendo a Cultura Brasileira. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 71, p. 29-35, nov. 1989.
- CHAVES, A. J. F. *Florestan Fernandes: um sociólogo pensando a educação (ideias educacionais de Florestan Fernandes – Década de 1940 –1960)*. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), São Paulo, 1997.
- FERNANDES, F. *O desafio educacional*. São Paulo: Cortez, 1989.
- _____. *A contestação necessária*. Retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários. São Paulo: Ática, 1995.
- _____. *Educação e sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus, 1966.
- _____. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Dominus e Editora da USP, 1965.
- _____. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difusão Européia, 1972.
- _____. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2006.
- IANNI, O. A sociologia de Florestan Fernandes. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 10, n. 26, p. 25-33, jan./abr. 1996.
- LEHER, R. *Florestan Fernandes e a defesa da escola pública*. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1157-1173, out./dez. 2012.
- MAZZA, D. *A produção sociológica de Florestan Fernandes e a problemática educacional*. Taubaté: Cabral Editora, 2004.
- NAGLE, J. *Educação e sociedade na primeira República*. São Paulo: Edusp, 1974.
- SAVIANI, D. Florestan Fernandes e a educação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.10 n. 26, p. 71-87, jan./abr. 1996.
- _____. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2008.
- _____. *Escola e democracia*. Campinas: Autores Associados, 2005.

_____. O legado educacional do “Longo Século XX” brasileiro. In: SAVIANI, D.; ALMEIDA, J. S.; SOUZA, R. F de; VALDEMARIN, V. T. *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2014.

WARDE, M. J. Contribuições da história para a educação. *Em aberto*, Brasília, v. 9, n. 47, p. 3-11, jul./set. 1990.

FABIANA DE CÁSSIA RODRIGUES: Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Atualmente é professora do mestrado em Educação da Universidade do Vale do Sapucaí (Univás). Tem experiência na área de Educação, História e Ciências Sociais, com ênfase em História da Educação e História Econômica, atuando principalmente nos seguintes temas: educação política, formação de professores, políticas educacionais, movimentos sociais, questão agrária, reforma agrária, pensamento sociológico e educacional no Brasil.
E-mail: fabicassia@yahoo.com.br
